

A Alfabetização Informativa e a inclusão na sociedade da informação

EMIR JOSÉ SUAIDEN

Instituto Brasileiro de Información de Ciencia y Tecnología

INTRODUÇÃO

Na sociedade industrial a riqueza era gerada pela produção de bens e serviços. Assim sendo as unidades informacionais trabalharam muito com as metodologias quantitativas: número de usuários, número de consultas, número de empréstimos domiciliares, etc.

Na sociedade da informação a riqueza é propiciada pela produção do conhecimento. Riqueza nos dois casos significa a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida. Nesta nova sociedade as unidades de informação passam a ter suas responsabilidades aumentadas, pois para medir o impacto da informação é necessário usar metodologias qualitativas.

Apesar da revolução de Gutenberg, grande parte da população da América Latina e do Caribe, ainda hoje,

não tem acesso aos livros e as bibliotecas e a informação reinante é a informação oral, pois devido ao analfabetismo e principalmente a baixa qualidade do ensino as populações citadas não têm como ler e, principalmente, interpretar a informação bibliográfica. É importante ressaltar que os países da América Latina e Caribe com maior capacidade de formar um público leitor tiveram uma maior facilidade em utilizar a revolução tecnológica. O Brasil obteve o 53 lugar, em uma lista de 65 países, numa prova internacional que avaliou a capacidade de leitura de estudantes com 15 anos. Além da leitura, o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) também avaliou as habilidades dos estudantes em matemática e ciências. O exame, que é aplicado a cada três anos, é divulgado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Juntos, os países que participam do Pisa representam aproximadamente 90% da economia mundial. No Pisa 2009, o foco da análise foi a leitura. Nesse ranking, o Brasil obteve 412 pontos –a China, primeira colocada, chegou a 556 pontos–. Foram avaliados diversos aspectos na leitura, como a capacidade de reflexão, avaliação e interpretação dos alunos, por exemplo. De acordo com os pesquisadores, o Brasil teve um grande ganho na nota de leitura nos últimos anos. Apesar disso, o país ainda fica atrás de Chile (44) Uruguai (47), Trinidad e Tobago (51) e Colômbia (52). Por outro lado, o Brasil conseguiu ficar à frente da Argentina (58) e do Peru (63).

A oralidade da informação, plenamente justificada por inúmeros pesquisadores, na verdade, dá vazão a manipulação e desinformação. Essas populações, muitas ve-

zes são manipuladas e desinformadas, pois não conseguem avaliar a informação oral. Isso cria o processo de dependência informacional. O sujeito que é dependente informacional jamais será um produtor de informação. Os motivos alegados são muitos. Mas os principais se referem a falta de infra-estrutura informacional, composta com bibliotecas infantis, bibliotecas escolares e bibliotecas públicas.

Com a falta de bibliotecas escolares na América Latina e no Caribe os estudantes invadiram as poucas bibliotecas públicas existentes e isso criou o fenômeno da escolarização da biblioteca pública. A biblioteca pública foi incapaz de atender os demais segmentos da comunidade, tais como o pequeno e médio empresário, o comércio, os aposentados, etc.

Nos estudos sobre visibilidade institucional a unidade de informação aparece com visões antagônicas. Uma do profissional da informação que acredita que o livre acesso à informação é o caminho natural para a inclusão social e a outra da comunidade que vê a unidade de informação elitizada e somente propícia para estudantes e jovens.

Sem visibilidade a unidade de informação, na sociedade industrial não conseguiu participar da agenda do governo e muito menos criar uma política de informação. A informação jamais foi vista como insumo de transformação.

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe dependem cada vez mais das suas possibilidades de gerar o conhecimento e as competências necessárias

pra impulsionar a inovação econômica e social, assim como para aumentar seu efeito no crescimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Tudo isso em um contexto em que é necessário redefinir a relação entre mercado, Estado e sociedade que prevaleceu durante três décadas e não conseguiu responder aos desafios do desenvolvimento e fechar as brechas produtivas e sociais (CEPAL, 2010^a).

Na nova fase de recuperação econômica após a crise financeira, os países da região enfrentam importantes desafios e oportunidades no âmbito da sociedade da informação, entendida como o sistema econômico e social onde o conhecimento e a informação constituem fontes fundamentais de bem estar e progresso. Surge um cenário onde os países da região podem crescer mais e melhor somente se renovarem suas estratégias de desenvolvimento com igualdade gerando bases mais sólidas de crescimento e maiores níveis de inclusão social em um contexto de um novo ciclo tecnológico baseado nas tecnologias de informação e comunicação. Elas oferecem uma nova oportunidade de utilizar seu potencial transformador para agregar valor a atividade econômica, os serviços públicos e a organização social.

No final da década de oitenta, especialistas começaram a prever que se acabava a sociedade pós industrial e que se dava início uma nova sociedade conhecida como sociedade da informação. Previa, esses especialistas, que a sociedade da informação seria uma sociedade de compartilhamento de recursos e uma sociedade que acabaria com as desigualdades sociais. Pouco tempo depois surgiram as principais críticas a nova sociedade.

Criticavam abertamente que a sociedade da informação aumentaria as desigualdades sociais e que era uma sociedade feudal na medida em que os donos do poder seriam os donos dos meios de comunicação.

Os governos da América Latina e do Caribe começaram no novo século a implantar sociedade da informação de forma e entendimentos bastantes variados. Alguns achavam que bastavam distribuir computadores no sistema educacional para incluir a população na nova sociedade, outros fortaleceram os meios de comunicação e poucos resolveram criar infra-estrutura informacional adequada.

A sociedade industrial comprovou que não bastava construir bibliotecas e que o grande desafio era a construção de um público leitor. Uma coisa está alinhada a outra, mas a questão da cultura leitora só é viável na América Latina e no Caribe através da aplicação de metodologias envolvendo a competência informacional.

De qualquer maneira a indicação de eficiência de uma sociedade da informação somente é comprovável na medida em que os indicadores demonstram que o processo de inclusão das pessoas antes marginalizadas está aumentando. Na medida em que há o aumento da inclusão outros indicadores começam a surgir como a diminuição da violência e a maior oportunidade da geração de emprego e renda para as pessoas marginalizadas do processo de desenvolvimento.

Portanto o acesso às tecnologias de comunicação e informação, a produção de conteúdos, a melhoria da infraestrutura informacional (composta de bibliotecas infantis, escolares, públicas, especializadas e universi-

tárias); a aplicação de metodologias de alfabetização informacional e a compreensão de que a inclusão na sociedade da informação tem um grande significado na melhoria da qualidade de vida, são as questões mais relevantes na formulação de políticas públicas.

Numa sociedade da informação, onde tanto a falta de informação quanto a explosão informacional, podem representar fatores de exclusão, surge o papel cada vez mais fundamental do profissional da informação. A formação desse profissional deve dar privilégios para as áreas de tecnologias da informação e comunicação, inclusão social e alfabetização informativa.

Nesse novo contexto, cabe ao profissional da informação ser um profissional competente em informação, pois terá que conduzir uma política de inclusão social para as pessoas marginalizadas e ao mesmo tempo atuar na formação de pesquisadores, bem como atuar no processo da melhoria da produção científica e a consequente visibilidade internacional. As palavras chaves passam a ser: aprender a aprender, saber agir, saber fazer, alfabetizar informacionalmente, enfim construir um mundo com mais equidade social.

Os desafios maiores são na área da inclusão social. Como incluir na sociedade da informação pessoas marginalizadas que muitas vezes não sabem nem que tipo de informação necessitam? Não sabem reconhecer quando precisam de informação. Não sabem validar a informação? São muitas vezes totalmente dependentes da informação oral e por isso são totalmente manipulados na busca da informação.

Por outro lado, num nível percentual bem menor da população da região, encontramos pessoas que têm competência informacional. São os usuários mais críticos do sistema informacional. São produtores de informação. Tem capital intelectual suficiente para não dependerem do texto escrito e, muitas vezes, agrega valor a palavra impressa.

ALFABETIZAÇÃO INFORMATIVA

O processo de busca e avaliação da informação tem sido estudado há muito tempo por especialistas da área de ciência da informação. O grande obstáculo passa a ser o contingente ainda grande de analfabetos ou analfabetos funcionais da América Latina e do Caribe, pois sem uma formação educacional adequada essas pessoas não possuem condições intelectuais para avaliar a busca e, principalmente, a compreensão da informação.

Na verdade cada revolução, ou cada nova inovação, traz no seu bojo a questão da exclusão. Quando Gutenberg inventou a imprensa, trouxe novas condições para aperfeiçoar a produção cultural, educacional e científica. Ao mesmo tempo surgiram os analfabetos e iletrados que jamais tiveram acesso à inovação de Gutenberg. A revolução tecnológica, apesar dos inúmeros benefícios trouxe também a questão dos excluídos da sociedade da informação. Todo esse processo acabou validando, cada vez mais, a questão da alfabetização informativa que hoje, em muitos países é considerada tão importante quanto a alfabetização educacional.

Inicialmente a informação era considerada propriedade da matéria. Mensagem, documento ou recurso in-

formacional, qualquer material simbólico publicamente disponível. Hoje, no entanto, a informação é o que é capaz de transformar estruturas de imagem, estímulo que altera a estrutura cognitiva do receptor.

Tradicionalmente a necessidade de informação era o estado de necessidade de algo que o investigador chama de informação, focada no que o sistema possui, e não no que o usuário precisa. Na investigação alternativa a necessidade de informação se realiza quando a pessoa reconhece que existe algo errado em seu estado de conhecimento e deseja resolver essa anomalia, estado de conhecimento insuficiente para lidar com incerteza, conflito e lacunas em uma área de estudo ou trabalho (Dervin e Nila, 1986, p.17).

Para Choo, 2006, pode-se usar a informação em três áreas básicas: na criação de significados para o entendimento do seu ambiente de atuação; na construção de conhecimentos para suprir lacunas de conhecimento e desenvolver novas competências e na tomada de decisões para escolher formas de ação. A geração e transformação da informação são moldadas pela cultura e especificação de regras, rotinas e papéis. Informações e significados são forjados nos pensamentos, sentimentos e ações dos indivíduos, em um processo cíclico. A administração do ciclo da informação gera mais informação, que por sua vez gera conhecimento, que subsidia a estratégia fornecendo base para a ação, e que fornece o feedback necessário para recomençar o processo. Assim, a administração da informação deve ser vista como a administração de uma rede de processos que adquirem,

criam, organizam, distribuem e usam a informação num ciclo contínuo.

Há uma relação entre as necessidades de informação e as competências informacionais. Para Miranda (2007) as necessidades de informação estariam relacionadas com os aspectos cognitivos, emocionais e situacionais. Os cognitivos estão relacionados com o saber, os emocionais com o saber-agir e os situacionais com o saber-fazer. Todos eles são importantes na questão da competência informacional.

Os estudos orientados para o usuário nas abordagens mais recentes vêem a informação como uma construção subjetiva, em que o valor da informação reside no relacionamento que o usuário constrói entre si mesmo e determinada informação. Portanto, devem ser examinados as preferências e necessidades cognitiva e psicológicas do indivíduo e também como elas afetam a busca e os padrões de comunicação da informação. Isso envolve a busca dos motivos que geram as necessidades informacionais e de como essas necessidades são percebidas, representadas, definidas e vivenciadas. Também envolve atender como a informação ajuda o usuário a avaliar os resultados do uso, impacto, benefícios e contribuição para o desempenho (CHOO, 2006).

Na verdade a alfabetização informativa deve ser implantada na América Latina e no Caribe como uma política de Estado, na medida em que a sua implantação pode colaborar definitivamente para acabar com os problemas das desigualdades sociais, proporcionar a geração de emprego e renda, capacitar e melhorar a formação de investigadores e aumentar a produção científica.

Os casos mais complexos estão relacionados com o emprego e a utilização da alfabetização informativa nas zonas rurais, nas zonas marginalizadas onde, até hoje, há um índice expressivo de problemas relacionados com o analfabetismo e a desnutrição infantil. Geralmente nesses casos o indivíduo tem dificuldades para saber e compreender qual é a sua necessidade informacional, pois ele só entende a informação oral e para ele a informação bibliográfica, digital ou virtual não tem nenhum sentido.

Mesmo depois de ser alfabetizado ele vai encontrar dificuldades para se tornar um leitor e para interpretar o texto escrito. Este é o momento para utilizar as metodologias de mediação da informação e a metodologia etnográfica. É necessário um esforço intelectual para que não seja somente uma inclusão precária e sim uma inclusão definitiva na sociedade da informação.

AS BOAS PRÁTICAS

É possível perceber um marcante crescimento nos programas e projetos de inclusão digital e social no Brasil nos últimos anos. Parte resultado do avanço tecnológico impulsionado pelo progresso da indústria da informática e parte pelo desenvolvimento de metodologias, sistemas de avaliação e consolidação da Ciência da Informação, que tem acontecido na academia e nos institutos de pesquisa.

No Brasil a Ciência da Informação, particularmente por meio da Alfabetização Informacional, tem contribuído fortemente para o êxito dos programas de inclusão digital que a utilizam. Nesse sentido colocaremos

como exemplo dois projetos que estão focados nos seus fundamentos interdisciplinares.

O primeiro é a Escola Digital Integrada –EDI, resultado de uma pesquisa de doutorado defendida na Universidade de Brasília. Essa pesquisa foi transformada em Lei pelo Governo do Distrito, vencedora de um prêmio nacional de Inclusão Digital e deu origem a uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP (terceiro setor).

Trata-se de uma metodologia de mediação da informação que utiliza a aprendizagem informacional como base do seu desenvolvimento. A experiência piloto da EDI foi implantada, em 2002, em uma escola pública do Distrito Federal com 2.870 alunos, 150 professores e 30 funcionários, que atende ensino fundamental, médio e supletivo. Foi criada uma sala com 30 computadores, conectados em banda larga, 2 coordenadores e 6 monitores. O projeto atendia a toda comunidade escolar, embora tenham sido selecionados 44 dos 292 matriculados no primeiro ano do ensino médio para compor a turma experimental.

Esses alunos permaneciam na escola três vezes por semana no contra turno e trabalhavam novos conteúdos como: fontes de informação; tecnologia e sociedade; empreendedorismo; cidadania e identidade cultural; educação artística e oficina literária.

O projeto atuou na melhoria da infra-estrutura informacional da escola, fortalecendo e automatizando a biblioteca; reforçando a rádio comunitária existente de maneira incipiente e ampliando a videoteca.

Foi desenvolvido um sistema de avaliação para acompanhar e mensurar os resultados alcançados. Dentre os indicadores selecionados um dos mais impactantes foi o percentual de alunos aprovados no primeiro vestibular. A média de aprovação da escola oscilava entre 3,5 e 4%, ao final do 3º ano de trabalho o resultado foi surpreendente, 68.9% dos alunos participantes do projeto foram aprovados. Outros indicadores importantes foram os níveis de violência na escola, a melhora no relacionamento com a família, a qualidade dos textos produzidos, dentre outros.

Atualmente a EDI esta implantada em outros estados brasileiros, gerou um software educacional, um produto social e tem servido de base para outros projetos de inclusão e a realização de pesquisas que resultaram em 17 dissertações e 12 teses sobre o tema. O seu êxito deve-se muito a utilização de metodologias como a etnográfica, pesquisação e alfabetização informacional.

Um segundo exemplo de boas praticas acontece com o Projeto Corredor Digital. Trata-se de uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, instituto de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil. Esse projeto faz parte do Programa de Inclusão Social do Instituto que utiliza aprendizagem informacional como base para o desenvolvimento dos conteúdos e capacitações que realiza.

A primeira experiência foi a implantação do Corredor Digital Indígena, em 2007, em 3 aldeias da etnia Tukano no Alto rio Negro, na Amazônia. Foram produzidos conteúdos impressos, um software e uma capacitação presencial de 12 professores indígenas das

aldeias Balaio, Taracua e Paricachoeira, nas dependências do IBICT.

A partir dessa experiência criamos o Corredor Digital Rural, em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, em 2008, onde implantamos 18 laboratórios com 10 máquinas cada, 1 TV de plasma de 42 polegadas, data show, moveis, e capacitação de 180 professores. Foram desenvolvidos conteúdos e material específico para o público alvo e o acompanhamento esta sendo realizado por meio de comunidades de prática.

Dentro desse programa temos o Corredor Digital Urbano, cuja experiência primeira esta se dando na Biblioteca Nacional de Brasília - BNB. Foi criado um espaço com 10 equipamentos, mesas e cadeiras para crianças menores de 6 anos, livros infantis, uma videoteca e material para atividades de leitura. As escolas agendam sua participação e algumas delas têm sido muito pro ativas e desenvolvido ações nas próprias escolas e a equipe da BNB acompanha. Um dela criou um jornalzinho mensal e em 10 de dezembro de 2010 serão lançados “Livros Digitais” uma coletânea literária de um grupo de alunos dessa escola.

No próximo ano estaremos atuando em conjunto com o Programa Casa Brasil que foi criado na Presidência da Republica e que esta sendo transferido para o IBICT. A Casa Brasil esta estruturada em módulos e propicia a conexão de vários saberes. As atividades realizadas devem articular temas e ações diversas. Sua estrutura e funcionamento se dá da seguinte forma; cada unidade tem 20 computadores conectados à Internet e abriga atividades livres e oficinas temáticas. O acesso à tecnologia mostra como é possível ajudar a resolver questões coti-

dianas da comunidade; uma Sala de leitura que tem por objetivo fomentar leitura, produção e compartilhamento de textos e oferecer atividades culturais, como encontros literários, oficinas de criatividade, saraus, rodas de leitura, orientação a pesquisas e empréstimo domiciliar de livros; um auditório, destinado a encontros, reuniões e divulgação do que é produzido na unidade Casa Brasil e na comunidade, com no mínimo 50 lugares e equipamentos audiovisuais, como caixas acústicas, tela e canhão de projeção; Laboratório de divulgação da ciência, tem por objetivo popularizar e divulgar a ciência, por meio de apropriação científica e tecnológica e de produções culturais e artísticas, estimulando interesses e curiosidades; Laboratório de informática, trabalha com montagem e manutenção de equipamentos de informática, possibilitando a exploração de microcomputadores e de seus componentes para desenvolver atividades que tratem de recondicionamento e reciclagem das máquinas, incluindo novos significados e usos para tecnologias; Estúdio multimídia, destinado a criação, gravação e tratamento de conteúdos audiovisuais, produção e compartilhamento de conteúdos para Internet e programação com ferramentas e linguagens livres. É equipado com computadores, câmeras fotográfica e de vídeo digitais, gravador digital portátil, mesa de som, reproduzidor de VHS e SVHS e microfones e Oficina de rádio, estimula a produção de conteúdos para rádio livre, web rádio e outros tipos de transmissão pública de conteúdos em linguagem radiofônica, com programação montada livremente pelos programadores. Oferece oficinas de produção de conteúdo de áudio, comunicação comuni-

tária, web rádio e *podcasting*. Incentiva a produção de mídias abertas de interesse público, com cunho comunitário, educativo, informativo, cultural e artístico.

Finalmente a alfabetização informativa tem sido cada vez mais vista e entendida como uma ferramenta importante na ampliação da sociedade da informação, especialmente em regiões como a América Latina e o Caribe.

CONCLUSÃO

No século XXI houve uma nova descoberta da importância da ciência da informação para proporcionar o acesso das populações menos favorecidas para a sociedade da informação. Este processo demonstra que o profissional da informação deve estar capacitado para utilizar metodologias de alfabetização informacional, mediação da informação concomitantemente com as tecnologias de informação e comunicação.

Neste cenários de novas descobertas, cabe ao profissional da informação saber trabalhar com destreza para proporcionar à sua comunidade mecanismos de geração de emprego e renda para diminuir as desigualdades sociais ainda reinantes na América Latina e no Caribe.

Inovação, passa a ser a palavra de referência, pois devemos inovar para proporcionar mais facilidades de acesso ao livro e as novas tecnologias. Tanto a informação bibliográfica, como a informação digital e virtual, podem proporcionar facilidades nunca então conhecidas nas práticas de inclusão digital para a inclusão social. As novas gerações tem muita facilidade em trabalhar com a informação eletrônica, já as da terceira idade tem mais facilidades em trabalhar com a informação docu-

mental. Cabe ao profissional da informação elaborar um diagnóstico sobre o estado da arte da sua comunidade e colocar em prática. Muitas vezes será necessário segmentar a comunidade para o avanço do processo de inclusão na sociedade da informação.

As boas práticas comprovam que a alfabetização informativa é tão importante como a alfabetização educacional. A busca da informação se bem avaliada é um processo que pode conduzir as populações marginalizadas para as questões da equidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEPAL, Las TIC para el crecimiento y la igualdad: renovando las estrategias de la sociedad de la información, Lima, CEPAL, 2010.

Choo, Chun Wei, A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões, São Paulo, Editora Senac, 2003.

Dervin, B. Nilan, M., “Information needs and uses”, en *Annual Review of Information Science and Technology*., ARIST, New York, v.21, p.3-33, 1986.

Miranda, Silvânia, “Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais”, en *Ciência da Informação*, Brasília, v.35, n.3, set-dez, 2006.